



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VIVIANE CARVALHO LOPES

A CHINA NO CONSELHO ÁRTICO

**JOÃO PESSOA
2017**

VIVIANE CARVALHO LOPES

A CHINA NO CONSELHO ÁRTICO

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Relações Internacionais
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Relações
Internacionais

Área de concentração: Política externa
chinesa no Ártico

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo

JOÃO PESSOA
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L864c Lopes, Viviane Carvalho,
China no Conselho Ártico [manuscrito] : / Viviane Carvalho
Lopes. - 2017.
34 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. China. 2. Conselho Ártico. 3. Ártico.

21. ed. CDD 306.2

VIVIANE CARVALHO LOPES

A CHINA NO CONSELHO ÁRTICO

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

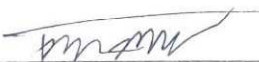
Aprovado(a) em 05.12.2017.



Filipe Reis Melo /UEPB
Orientador(a)



Cristina Carvalho Pacheco /UEPB
Examinador(a)



Fábio Rodrigo Ferreira Nobre /UEPB
Examinador(a)

SUMÁRIO

	Introdução	05
1	História do Conselho Ártico.....	06
2	Motivações da China na sua aproximação ao Conselho Ártico... 08	08
2.1	Interesse da China em novas rotas comerciais.....	10
2.2	Interesse chinês energético e mineral.....	14
3	Geopolítica chinesa e o Ártico.....	18
3.1	Estratégia de aproximação chinesa.....	21
4	A China tem uma política para o Ártico?.....	27
	Conclusão.....	30
	Referências.....	32

Resumo

Este artigo se propõe a verificar as principais motivações da China na sua aproximação do Conselho Ártico. Esta pesquisa teve como objetivo realizar um breve histórico do Conselho Ártico, verificar a decisão da China de aproximar-se do Conselho Ártico, e constatar se a China tem ou não uma política voltada para o Ártico. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de apresentar um marco atual sobre o tema. Foi possível concluir que a China se utilizou de estratégias bilaterais e multilaterais de aproximação e que suas motivações na sua entrada no Conselho Ártico perpassam pelas perspectivas minerais, energéticas e marítimas que a região pode oferecer, e que mesmo não admitindo uma política oficial voltada ao Ártico, todos os seus movimentos em relação a essa região indicam que ela tem sim uma política direcionada, participativa e estratégica voltada para o Ártico. O artigo é dividido em quatro partes: a primeira, perpassa pelos processos de formação e funcionamento do Conselho Ártico; a segunda, trata especificamente das motivações chinesas no seu ingresso no Conselho Ártico; a terceira, traz um diagnóstico geopolítico e as estratégias chinesas de aproximação; e finalmente, a quarta parte que questiona os movimentos da China no Ártico e se de fato existe uma política voltada ao Ártico.

Palavras-chave: China. Conselho Ártico. Ártico.

Introdução

Em virtude do descongelamento da região do Ártico, novas perspectivas começaram a surgir, como a exploração de recursos energéticos e minerais e a abertura de novas rotas comerciais marítimas, que começaram a se tornar possibilidades reais diante das projeções de descongelamento facilitando a navegação e estudos que apontam para uma quantidade considerável de recursos energéticos e minerais existentes na região do Ártico.

A visibilidade que esta região tem ganhado, principalmente a partir década de 1990 com a criação do Conselho Ártico, chamou a atenção de muitos países, dentre eles, um que merece especial atenção: a China.

Como grande ator do sistema internacional, a China tem se comportado no cenário internacional com um interesse apurado em quase todas as áreas e regiões do mundo, mas a sua aproximação ao Conselho Ártico, chama a atenção, visto as possibilidades energéticas, minerais e marítimas e as necessidades chinesas energéticas, minerais e no encurtamento de distâncias marítimas, ou seja, o cruzamento entre necessidade e possibilidade abre brechas para análises e discussões a respeito da China e a sua presença no Ártico.

Pensando nesta lógica, a medida que a presença da China se faz no Ártico, várias indagações surgem: quais as motivações da China na aproximação ao Conselho Ártico? Quais são as estratégias de aproximação chinesa? A China possui uma política voltada ao Ártico? Essas são questões que serão abordadas dentro desta pesquisa.

Este artigo é dividido em quatro partes: a primeira, perpassa pelos processos de formação e funcionamento do Conselho Ártico, além de um histórico mais detalhado dos principais passos até sua concretização.

A segunda parte trata especificamente das motivações chinesas no seu ingresso no Conselho Ártico, e seus principais interesses nessa região, perpassando pelas perspectivas de exploração energética e mineral e de rotas marítimas.

A terceira traz um diagnóstico geopolítico e as estratégias chinesas de aproximação, tanto bilaterais como multilaterais.

E finalmente, a quarta parte questiona os movimentos da China no Ártico e se de fato existe uma política voltada ao Ártico.

O procedimento será histórico para se ter um sucinto embasamento da criação do Conselho Ártico e de suas premissas; bibliográfico e documental, pois serão aproveitados documentos oficiais de governos, além de artigos, livros e reportagens para um olhar mais apurado entre as expectativas sobre esta região e os movimentos chineses na aproximação ao Conselho Ártico; contando também com o auxílio de ilustrações e gráficos, para comprovação de argumentos a partir de dados numéricos e de imagens.

1 História do Conselho Ártico

Concebido como um fórum para discussões políticas a respeito dos Estados do Ártico e de seus habitantes, transformou-se num dos poucos modelos que integram além de estados nacionais, povos indígenas como parte responsável pelas decisões da organização.

Com o intuito de promover um encontro a respeito da preocupação com o meio ambiente, em especial com a região do Ártico, reuniram-se em Rovaniemi, na Finlândia, em setembro de 1989, os representantes dos oito países do Ártico: Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia. Da reunião, resultaram inúmeros relatórios técnicos e científicos, culminando na Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (junho de 1991), uma declaração sobre a proteção do meio ambiente ártico.

Por meio dessa cooperação e dos primeiros resultados obtidos, observou-se a necessidade de um olhar mais criterioso sobre o tema. Então formou-se o Conselho Ártico, com a assinatura da Declaração de Ottawa em 19 de setembro de 1996 em Ottawa, Canadá. Este conselho atualmente conta com os representantes dos oito estados membros (países do Ártico), grupos de trabalho, membros observadores, além das delegações das etnias Inuit, Athabaska, Gwich'in, Sami e Aleut e a Associação Russa dos Povos Indígenas do Norte (Raipon).

O estatuto de observador do Conselho Ártico é aberto a estados não árticos, a organizações intergovernamentais e interparlamentares, regionais e globais, além de organizações não governamentais. No que tange aos estados não árticos, há

como participantes: França, Alemanha, Países Baixos, Polônia, Espanha, Reino Unido, Itália, Japão, Coreia do Sul, República de Singapura, Índia e China.

As decisões de fato e de direito são de responsabilidade dos países membros, mas os membros observadores, incluindo os estados observadores, podem participar de reuniões (desde que permitidas pelo Estatuto), fazer contribuições relevantes principalmente aos Grupos de Trabalho e podem propor projetos através de um membro permanente. No que se refere a contribuições financeiras a um determinado projeto, são permitidas desde que não exceda o financiamento de um estado Ártico dentro da mesma proposta, a não ser que o Senior Arctic Officials (SAO) decida o contrário.

O SAO é nomeado por um estado membro (permanente), para representar os interesses de seu país junto ao Conselho. São portanto, representantes dos governos geralmente ligados ao setor de negócios estrangeiros de seus respectivos países que se encarregam de monitorar as atividades do Conselho Ártico. Esses convocam reuniões para tomada de decisões ao menos duas vezes por ano, enquanto que todos os parceiros se encontram em reuniões ministeriais realizadas a cada dois anos no país que exerce a presidência do Conselho.

Dentre as atividades desenvolvidas por este Conselho, principalmente dentro dos grupos de trabalho, há a monitorização, a avaliação e a prevenção da poluição no Ártico, a monitorização das alterações climáticas, a conservação da biodiversidade e do uso sustentável, a preparação para emergências e prevenção, bem como o monitoramento das condições de vida dos residentes do Ártico, incluindo, é claro, os povos indígenas em todo o território do Ártico.

Outra importante contribuição deste conselho, são os relatórios científicos que proporcionam conhecimento sobre esta área, não somente aos membros observadores ou permanentes, mas a todos os que se interessarem pelo assunto.

Esses relatórios advêm dos grupos de trabalhos existentes dentro do Conselho, em um total de seis, que abrangem diversas áreas e assuntos, que são as engrenagens de trabalho que operacionalizam o funcionamento do Conselho, sendo estes grupos de trabalho: A CAFF (Conservation of Arctic Flora and Fauna), AMAP (Arctic Monitoring and Assessment Programme), SDWG (Sustainable Development Working Group), EPPR (Emergency Prevention, Preparedness and Response),

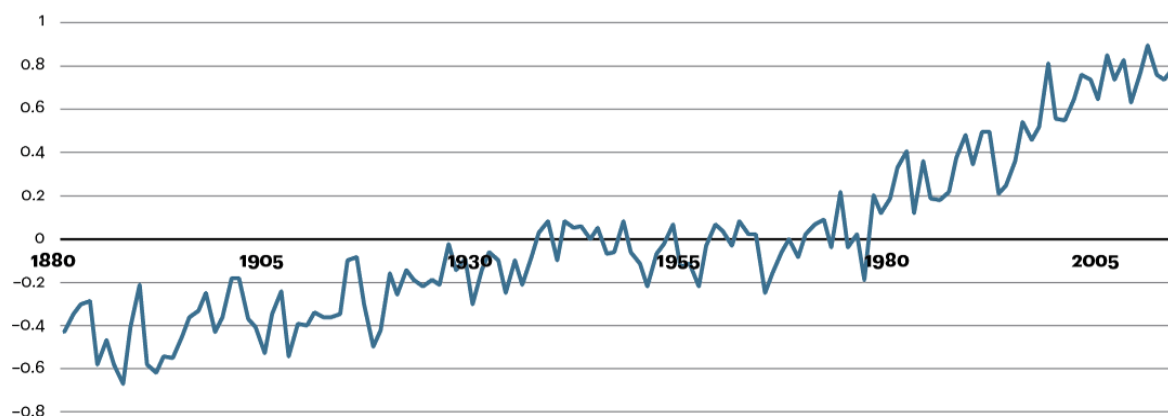
ACAP (Arctic Contaminants Action program) e PAME (Protection of the Arctic Marine Environment).

2 Motivações da China na aproximação ao Conselho Ártico

O aumento da temperatura global exerce um impacto considerável em todo o planeta, mas a região do Ártico é especialmente afetada por este fenômeno, pois o aquecimento chega mais rapidamente a esta localidade do que a outras, provocando o derretimento do gelo.

A região do Ártico desempenha um papel importante na manutenção do clima global estável, dos sistemas atmosféricos e da circulação oceânica, de modo que as mudanças no clima ártico afetarão os padrões climáticos, as temperaturas e a diversidade biológica em todo o mundo (A.T. KEARNEY, 2015:4).

Figura 1 – Anomalias nas temperaturas globais em graus Celsius



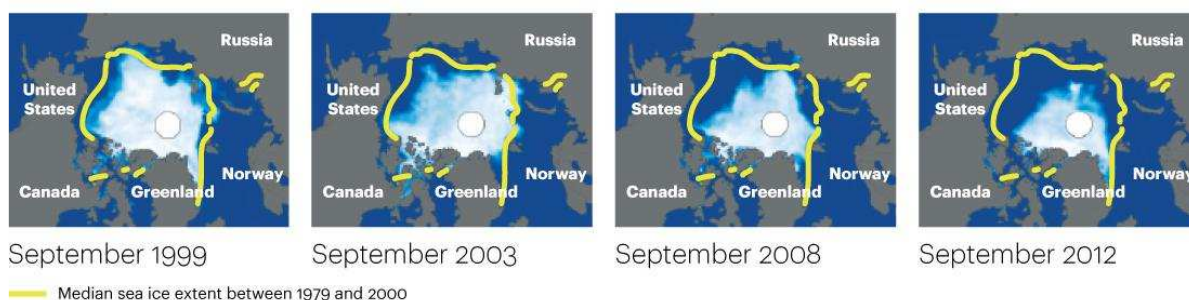
Fonte: A.T. Kearney, 2015.

A Figura 1 demonstra a mudança nas temperaturas de 1880 a 2005, mas a mudança que chama a atenção está nos últimos 25 anos, que aumentaram aproximadamente 1,2 graus Celsius de 1980 a 2005, com uma tendência acelerada para os próximos anos. Importante frisar que embora isso possa não parecer

significativo, o impacto no Ártico tem sido profundo e maior do que em qualquer outro lugar do mundo “Ao norte do paralelo 66, as temperaturas estão aumentando duas vezes mais do que em todo o mundo” (A.T. KEARNEY, 2015:2).

Esse aquecimento está derretendo estruturas de gelo como: lençóis de gelo, calotas de gelo, geleiras e gelo marinho que levaram séculos para se formar.

Figura 2 – A redução do gelo no Ártico



Fonte: A.T. Kearney, 2015

A figura 2 aponta com clareza a mudança nas dimensões glaciais do gelo nessa região, durante o período de 1999 a 2012, validando a rapidez com que o aumento de temperatura atinge essa região.

O recuo progressivo da calota polar do Ártico, devido a seu degelo provoca reações diversas e divergentes entre os ambientalistas. Esse acontecimento assume facetas de catástrofe ambiental, tendo em média, a calota do Ártico diminuído 4,6% por década desde 1981, segundo dados do Centro Nacional de Dados sobre Neve e Gelo (NSDIC), da Universidade do Colorado, nos EUA. No portal do NSDIC, é possível ver um mapa com a extensão do gelo, atualizado diariamente. Já a espessura média do gelo, que era de 3,64 metros em 1980, em 2008 foi de apenas 1,89 metros. Em 16 de setembro de 2012, a calota atingiu a menor extensão já registrada: 3,41 milhões de quilômetros quadrados. A média da sua área mínima durante o verão, entre 1979 e 2000, foi de 6,7 milhões de quilômetros quadrados (BELISÁRIO, 2013).

Esse quadro representa para governos e empresas um leque de oportunidades inexploradas. Oportunidades que vão desde novas rotas para o turismo e pesca, até

a exposição de regiões ricas em petróleo e minérios. Não há como essas facetas não atraírem os olhares mais aguçados, por razões que variam desde medidas estratégicas a comerciais. Acredita-se que o derretimento dessa região poderá expor muito mais do que o imaginado. Tem-se a projeção que:

... no Ártico estejam 13% de todo o potencial ainda não descoberto de reservas petrolíferas do mundo e 30% das de gás, segundo dados reunidos por Heather Conley, pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) dos EUA. Na região há vastas quantidades de níquel, ferro, plutônio e terras raras, segundo a cientista (BELISÁRIO, 2013).

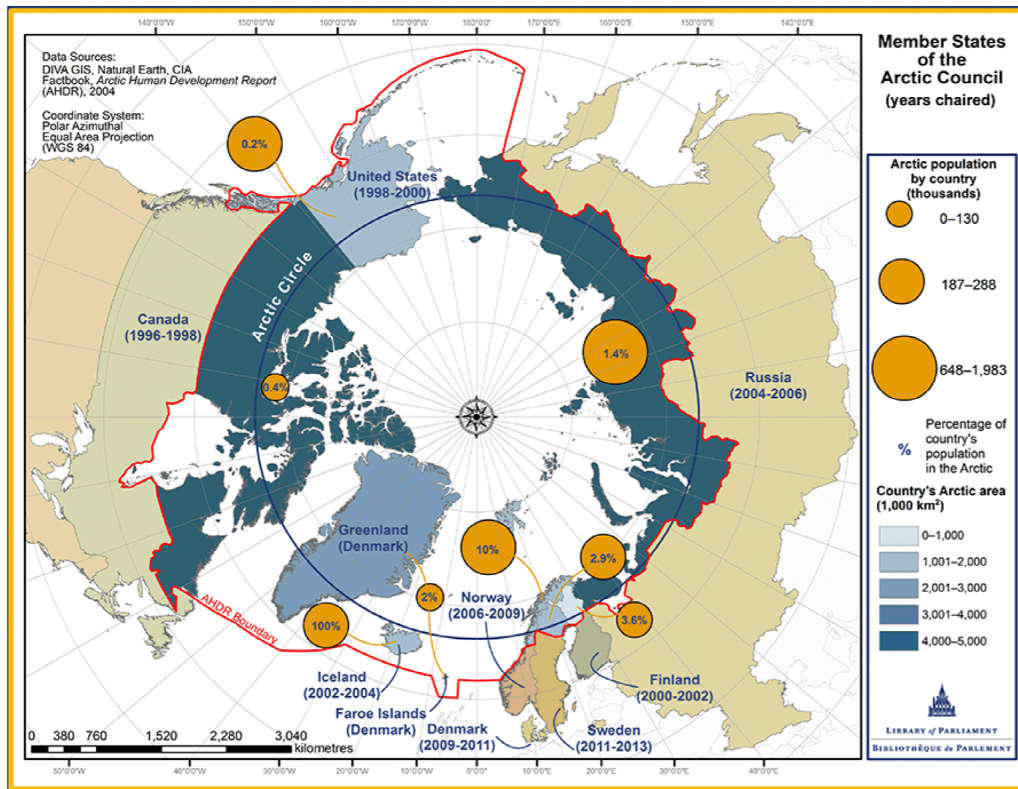
No que tange às terras raras, esse potencial pode chegar a suprir 25% de toda a demanda mundial desses produtos, que atualmente são recursos imprescindíveis às novas tecnologias, que pode variar de computadores e televisores até radares e mísseis teleguiados. Diante de todas essas possibilidades, é compreensível o interesse de vários Estados, mesmo que não participem dessa região em integrar o Conselho Ártico como acontece com a China.

Dentre outros interesses, como presença global e afirmação de sua posição de ator global, as motivações chinesas articulam-se principalmente em duas vertentes: a abertura de novas rotas comerciais marítimas e a exploração de recursos energéticos, como afirma Silva (2014) em suas recentes pesquisas com foco na China e seus movimentos estratégicos.

2.1 Interesse da China em novas rotas comerciais

A região do Ártico possui dentre suas características uma rocha de gelo muito dura por não conter sal em superfície, o que representa uma região de difícil navegação. Mas o degelo dessa região representa uma possibilidade interessante à navegação, principalmente para os países pertencentes ao círculo Ártico.

Figura 3 – Países pertencentes ao Círculo Ártico



Fonte: Parlamento do Canada, 2014.

Os países pertencentes à região do Ártico, principalmente Canadá, Dinamarca (Groenlândia), Estados Unidos (Alasca), Federação Russa e Noruega, que possuem regiões costeiras, exibem interesses similares no que se refere à construção de plataformas continentais, isto é, o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além de seu mar territorial, baseados nas 200 milhas determinadas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

Normalmente seria difícil conciliar os interesses de membros como os rivais históricos Federação Russa e Estados Unidos, mas, pelo contrário, houve cooperação e sintonia (ao menos aparente) como demonstra a fala à Interfax News Agency (2001), do representante da Rússia no Conselho do Ártico, o embaixador Anton Vasiliev:

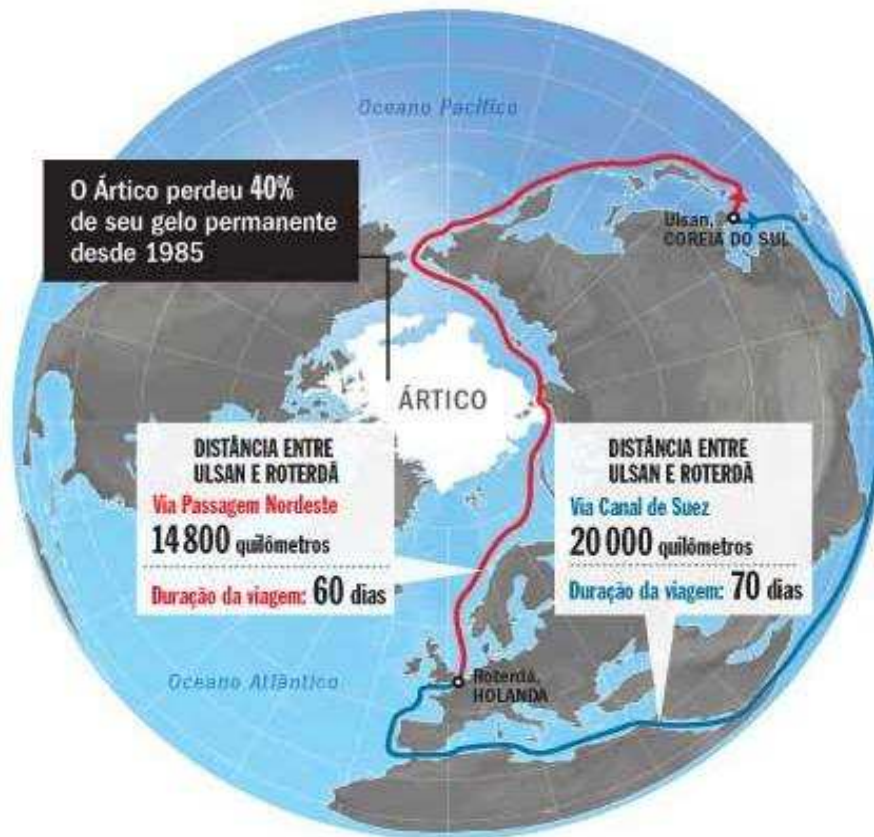
The known Arctic resources are 95-97% within the zone of sovereign rights and jurisdiction of the Arctic countries, which means that they are not an issue for dispute...Regarding the

continental shelf, there are no overlapping claims as of now. Russia submitted a claim in 2001 and is now gathering scientific proofs to support it... We are playing by the rules and work in the specially created institutions... There is no conflict between the countries which have submitted or may submit continental shelf claims... But the most important thing is that there is dialogue among the "Arctic five" (Canada, Denmark, Norway, Russia, USA) (COMUNICADO DE IMPRENSA, 2011).

Esse fato abastece ainda mais o receio dos países não Árticos, passando a imagem de que este Conselho decidiria exclusivamente os rumos dessa região. Sendo a posição da China nesse aspecto desvantajosa, pois não possui qualquer característica que a integre geograficamente à região.

Com respeito a novas rotas, o caminho entre os oceanos Pacífico e Atlântico começa a se tornar uma interessante possibilidade, como é demonstrado na Figura 4, diante do derretimento da região do Ártico que traria uma redução de mais ou menos 40% no tempo de viagem da Europa à Ásia.

Figura 4 – Degelo na região do Ártico



Fonte: Planeta sustentável, 2009.

A Figura 4 demonstra a rota que esse degelo concederia a navios comuns nessas águas. Atualmente apenas grandes navios com quebra-gelos em sua maioria russos, utilizam-se dessa rota. E predominantemente, transportando gás e petróleo para a China.

A China tem interesse na expansão dessa nova rota, pois o aumento da produtividade chinesa depende de seu abastecimento energético, por mais que ela tenha outros fornecedores além da Rússia, como por exemplo os Estados Unidos, a vantajosa diminuição de tempo no transporte desses produtos por um fornecedor tão importante, já representa alguns dos motivos para o interesse chinês no assunto, nas decisões e nos desdobramentos do Conselho Ártico no que concerne essa

região. Como demonstra a fala do professor pesquisador Wang Chuanxing, da Tongji University, em Shanghai, publicado pelo periódico "The Guardian",

... no country hopes to gain more than China, according to Wang Chuanxing, polar researcher at Tongji University, Shanghai. "China's economy is 50% dependent on trade. The development of the northern sea route would have a major impact on its economy. One-third of China's trade is with the EU and the US. The opening of the northern sea route is vital for China" (VIDAL, 2014).

Existe uma grande expectativa para que esta nova rota complemente o canal de Suez, como principal via aquática que conecta o comércio com a Ásia. Muitos países apostam nessa possibilidade e estão investindo nela, como é o caso da Noruega. A primeira ministra Erna Solberg destacou que: "The Arctic is changing rapidly. It will be our most important foreign policy area. Climate change is putting Norway under pressure," (VIDAL, 2014) e Finlândia na fala do embaixador de assuntos árticos Hannu Halinen "Finland needs a new Nokia. The Arctic could be it". Esses dois países colocaram o Conselho como umas das prioridades de suas políticas externas.

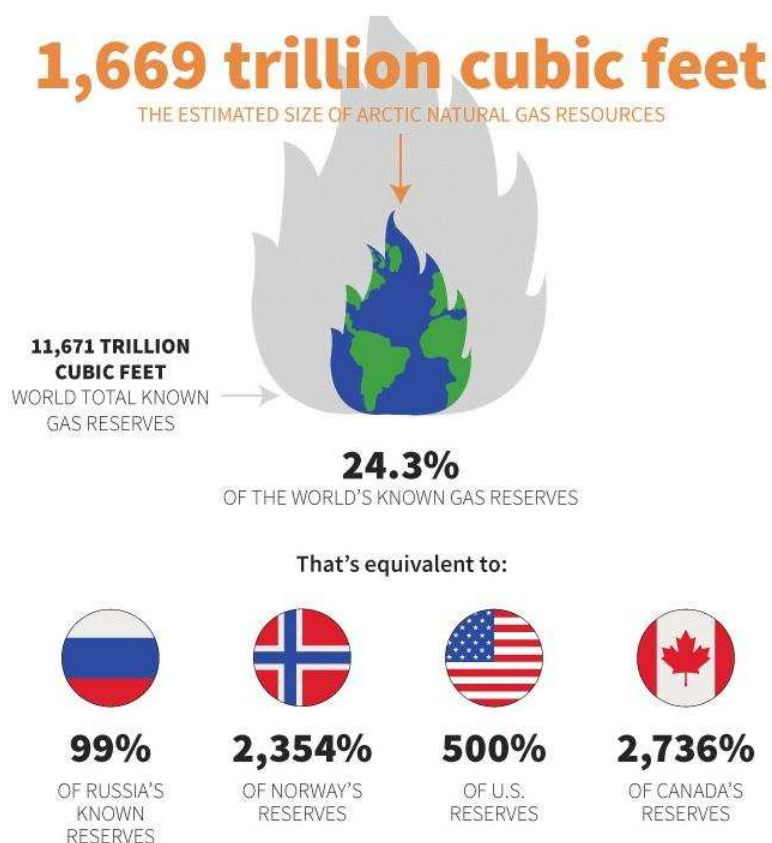
2.2 Interesse chinês energético e mineral

O acelerado degelo da região do Ártico, leva os Estados a expectativas de exploração de petróleo, gás natural e minérios. As estimativas da U.S. Geological Survey (USGS) apontam,

... the occurrence of undiscovered oil and gas in 33 geologic provinces thought to be prospective for petroleum. The sum of the mean estimates for each province indicates that 90 billion barrels of oil, 1,669 trillion cubic feet of natural gas, and 44 billion barrels of natural gas liquids may remain to be found in the Arctic, of which approximately 84 per cent is expected to occur in offshore areas (U.S GEOLOGICAL SURVEY, 2008:1).

Com relação ao gás natural, a quantidade por trilhões cúbicos, representa o equivalente a 24,3% das reservas conhecidas atualmente pelo mundo, como representado na figura abaixo.

Figura 5 – Reservas de Gás



Fonte: 911Metallurgist, 2016.

A Figura 5 corrobora no entendimento do que são os 24,3% das reservas de gás conhecidas na região do Ártico, ou seja, é uma dimensão que chama a compreensão da complexidade dessa área, visto a importância do gás natural para o mundo, mas principalmente na economia de países como Rússia e China.

Outro ponto que merece destaque nesta região é a questão mineral. O país que mais apostou na extração de minerais no Ártico, dentre os países membros do Conselho Ártico foi e ainda é a Rússia, mesmo que de uma forma ainda tímida.

A Rússia Ártica detém abundantes depósitos de níquel, cobre, carvão, ouro, urânio, tungstênio, diamantes, entre outros. Torna-se importante frisar que mesmo sendo o que mais explora, ele não é o único que detém reservas minerais em seu território no Ártico. Os Estados Unidos também possuem minérios em seu território ártico, onde há bolsões de urânio, cobre, níquel e ferro.

Em adição aos metais já mencionados, depósitos de elementos de terras raras foram encontrados a sudoeste da Groelândia. Os elementos de terras raras são essenciais na fabricação de diversos produtos. Entre as aplicações estão produtos presentes no nosso dia-a-dia até produtos de alta tecnologia como pigmentos, polimento de vidros, cerâmicas, pedras de isqueiros, catálise automotiva e do craqueamento do petróleo, visualização de imagens em exames laboratoriais, ímãs permanentes, supercondutores, repetidores laser, baterias miniaturizadas, entre outras (NASCIMENTO; FERREIRA, 2013). Ou seja, as terras raras representam muito em questão de estratégia de crescimento, entendendo a sua importância na produção de produtos de alta tecnologia.

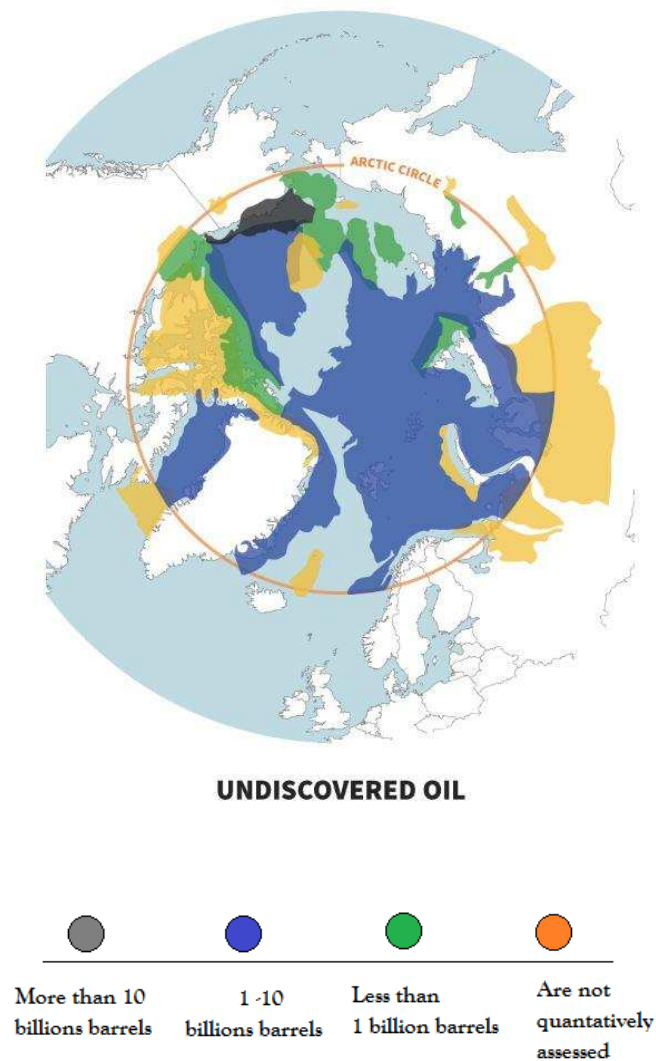
A razão de poucos explorarem a extração desses minérios na região do Ártico é devido a sua inacessibilidade e aos altos custos de desenvolvimento, além é claro, da questão ambiental que norteia todos esses tipos de extração.

No que tange ao petróleo, a China já é o maior importador de petróleo no mundo, segundo levantamento da Reuters por Bolaños (2015). A China ultrapassou os Estados Unidos na importação de petróleo líquido chegando a 7,4 milhões de barris por dia contra 7,2 milhões de barris por dia dos Estados Unidos. E essa tendência de consumo não tende a diminuir. A China ultrapassou assim os Estados Unidos como maior importador mundial de petróleo, embora a diferença seja tão pequena que ainda pode haver uma troca de posições no curto prazo. Mas não na tendência de médio prazo: a economia asiática já é a que mais consome energia no mundo e, também, a que mais utiliza matérias-primas, seja carvão, petróleo ou todos os tipos de metais (BOLAÑOS, 2015).

O mercado de petróleo torna-se um elemento simbólico na inclinação que está reorientando o comércio internacional, antes em uma lógica totalmente ocidental para uma lógica oriental puxada pela China. A tendência aponta para uma continuidade desse patamar de aumento, não apenas por motivo comercial, mas estratégico visto os planos da China de armazenagem de boa parte desse volume de importação.

Segundo A.T. Kearney (2015), a região do Ártico possui cerca de 13% de todo petróleo do mundo não descoberto, o que representa uma quantidade significativa para uma região em relação ao mundo.

Figura 6 – Reservas de óleo na região do Ártico



Fonte: 911Metallurgist, 2016.

A Figura 6 demonstra de maneira visual a capacidade dessa região em extração de hidrocarbonetos, principalmente as cores azul e laranja que juntas representam a maior parte do mapa, cobrindo respectivamente uma base de cerca de 1 a 10 bilhões de barris e a outra uma área ainda não quantificada que mantém as expectativas quanto a valoração desta área.

Importante frisar que toda estrutura para a exploração de produtos energéticos nessa região necessitará de grandes investimentos e nesse sentido a China com um confortável capital de reserva, tem uma posição importante, como investidor.

3 Geopolítica Chinesa e o Ártico

De acordo com Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998:544), a geopolítica pode ser definida como a ciência que "indaga os liames que ligam os eventos políticos à Terra e quer indicar as diretrizes da vida política dos Estados, deduzindo-as de um estudo geográfico histórico dos fatos políticos, sociais e econômicos e de sua conexão", ou seja, a geopolítica faz um entrelaçamento entre as relações estratégicas, poder político e o espaço geográfico.

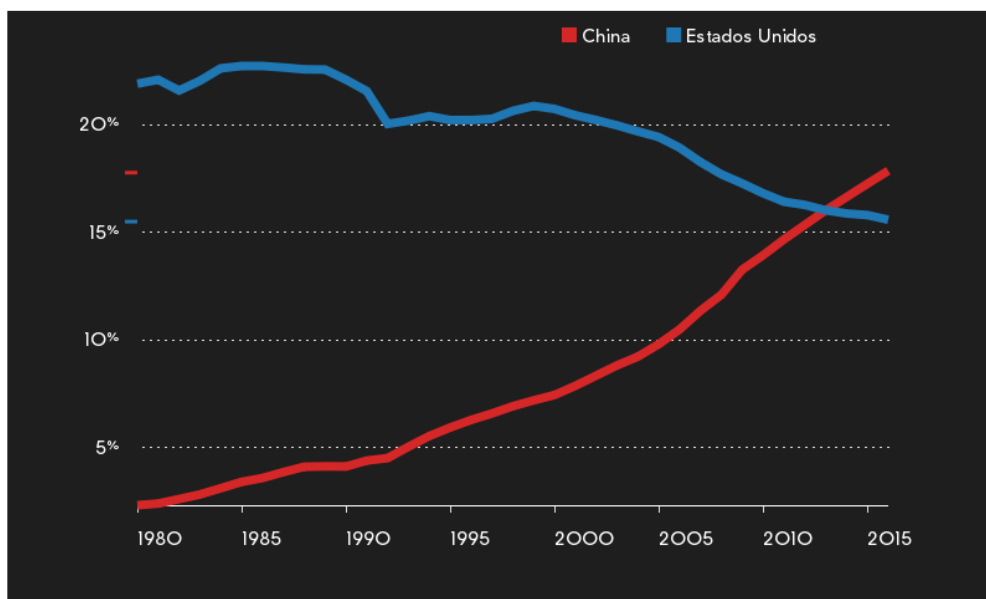
Pensando nessa lógica, a questão geográfica analisada nesta pesquisa é revelada não pela constituição do próprio Estado da China, mas de outra região, algo que intriga ao se observar como um espaço geográfico que nem é o seu, gerando interesse por parte deste ator que mobiliza recursos e esforços em busca de sua presença na região.

A questão territorial e marítima da região do Ártico se apresenta de forma peculiar, tanto por suas riquezas inexploradas conhecidas, como pelas expectativas quanto as não conhecidas, advindas do seu desgaste ecológico, que estão gerando o descongelamento da região que traz maiores possibilidades de navegação e uma interessante perspectiva mineral.

Reconhecendo a importância dessa região principalmente a longo prazo, o governo chinês traçou uma estratégia que possibilitasse a sua presença e um papel relativamente ativo nessa região, e o fez tornando-se membro do Conselho Ártico. A China encontra por meio econômico (no papel de financiador de vários projetos) e atividades científicas a sua forma de penetrar na região e manter o seu papel de grande ator global.

Torna-se necessário entender que a presença da China de forma global, se dá pela força econômica que a mesma alcançou ao longo dos anos.

Figura 7 – China ultrapassa PIB dos EUA em poder de paridade de compra



Fonte: Aguiar, 2017.

A Figura 7 mostra que a China superou os Estados Unidos no quesito poder de paridade de compra do PIB. As projeções de crescimento econômico da China “...nas próximas décadas será inevitável que sua economia venha a ultrapassar a dos Estados Unidos” (YOKOTA, 2014), e a já superação de seu PIB em paridade de poder de compra em relação aos Estados Unidos a faz muito mais competitiva, quanto o seu papel de financiadora de projetos e investidora fora de suas fronteiras.

A China está saindo de seu papel de destino de recursos multinacionais, para um papel de presença global como investidora, sendo isso, reflexo de seu crescimento econômico nos últimos anos. O país tem comprado ativos, jazidas, terras e empresas pelo mundo levando seu alcance a um nível global (CHADE, 2010).

Figura 8 – Projeção das 10 maiores economias do mundo em termos de PIB (PPC em \$1\$)

Classificação	2000 ¹⁴	2010	2020
1	 EUA	 EUA	 China
2	 Japão	 China	 EUA
3	 Alemanha	 Japão	 Índia
4	 França	 Índia	 Japão
5	 Reino Unido	 Alemanha	 Rússia
6	 Itália	 Rússia	 Alemanha
7	 China	 Reino Unido	 Brasil
8	 Brasil	 França	 Reino Unido
9	 Canadá	 Brasil	 França
10	 Espanha	 Itália	 México

Fonte: Franklin Templeton Investments, 2010.

Ao compreender a sua força econômica e suas necessidades para manter e aumentar esse crescimento, alcançando as projeções demonstradas na Figura 8, a China busca recursos ao redor do planeta e o extremo Norte do mundo chamou à atenção, “O interesse de Pequim no Ártico se deve à necessidade de buscar recursos indispensáveis para satisfazer uma população que não para de crescer” (GUALTIERE, 2015), palavras estas Harald Serck-Hanssen, vice-presidente do DNB, principal banco de investimentos norueguês.

3.1 Estratégia de aproximação chinesa

A China tem experimentado ao longo dos anos uma aproximação gradual e contínua à região do Ártico, definindo-se como “estado vizinho do Ártico” (GUALTIERE, 2015), mesmo que geograficamente exista uma distância considerável entre ambos.

As necessidades da China quanto a recursos minerais e principalmente de hidrocarbonetos vem de sua ânsia de crescimento econômico e da projeção do aumento de sua população que “Segundo dados da ONU, em 2040 a população chinesa chegará a 1,41 bilhão, e quase três quartos viverão em cidades superpovoadas” (GUALTIERE, 2015), ou seja, a busca por recursos e melhores rotas de navegação tornam-se estrategicamente imprescindíveis.

A China declara seu interesse na região ser de ordem majoritariamente ecológica, a mérito de conservação ambiental como afirma Ping Su, professora do Centro de Estudos Polares e Oceânicos da Universidade Tongji, em Xangai “O governo chinês dá muito mais relevância à mudança climática e à poluição que antes, respeita a soberania dos países árticos e entende qualquer projeto na região como uma ocasião para cooperar” (GUALTIERE, 2015), mas ao mesmo tempo em que esta declaração é problematizada, outro ponto também é levantado pela professora,

A China tem-se movido no Ártico por meio de sua diplomacia científica e utiliza seus centros de pesquisa - como o Instituto Chinês de Pesquisa Polar - como ponta de lança para se estabelecer na região. Pequim entende suas manobras no Ártico como um projeto em longo prazo, baseado nos recursos energéticos, mineiros e pesqueiros (GUALTIERE, 2015).

Essa declaração toca em um ponto importante no que diz sobre a forma como a China se aproxima. Apesar de não declarar abertamente e oficialmente sua estratégia para o Ártico, o movimento chinês tem demonstrado uma diplomacia no que tange a sua aproximação, sem desafiar a soberanias dos países membros do Conselho.

No ano de 2013 quando presidente chinês Xí Jìnpíng visitou o Cazaquistão e sugeriu um projeto de cooperação econômica entre a China e os países da Ásia

Central e a Europa, o mesmo traçou uma estratégia ainda em pleno desenvolvimento chamada de “One Belt, One Road¹” que planeja investir mais de 1 trilhão de dólar ao redor do mundo (PRASAD, 2017), nos mais diversificados modos possíveis, incluindo instituições internacionais na forma de financiamento de projetos e infraestrutura:

Geographically, the Indian Ocean and the Arctic Ocean are the southern and northern flanks of the Eurasian landmass. Investments in shipping and infrastructure along the Northern Sea Route and the Maritime Silk Road can enhance China’s Silk Road Economic Belt strategy (KUO e TANG, 2015).

A Rússia como maior produtor energético dentro do Conselho e grande parceiro da China na venda desse produto, ao procurar investidores na produção e extração energética no Ártico, encontrou na China mais uma vez uma coordenação de interesses, visto que a extração e produção energética por serem iniciais na região do Ártico acarretam altos custos de produção.

China and its national oil companies (NOCs) are now one of the few willing to invest in this high cost producing region. China’s oil companies are looking for experience in international project management and are aiming to advance their technological skills. The Chinese government is seeking to enhance China’s energy security through a hedging strategy that diversifies through investments in more costly petroleum sources and transportation routes (KUO e TANG, 2015).

Para além de uma parceria com a Rússia, a China movimenta-se dentro do Conselho sem disparidades, principalmente quando se trata dos Estados Unidos, ambos convivem em certa harmonia, principalmente em vista de interesses comuns como “there are common interests, such as in the freedom of the seas, in resource extraction and in developing infrastructure in the region” (KUO e TANG, 2015).

A China tem trabalhado sua presença no Ártico,

¹ Essa estratégia, replicada em menor escala fora do continente asiático, posiciona a exportação de investimentos como elemento central para a sustentação do crescimento na economia chinesa, fazendo da internacionalização das empresas de infraestrutura e do setor industrial o principal elemento dinâmico, aquele que ampliará a presença comercial e financeira da China no mercado mundial, bem como a utilização internacional de sua moeda. Mas, além dos aspectos econômicos, essa estratégia possui consequências geopolíticas importantes, como a criação de instituições financeiras multilaterais sob inspiração chinesa, bem como a construção de infraestruturas em projetos que atendem ao interesse daquele país. (SCHERER, 2015: 43)

... Nos últimos anos a China tem investido recursos significativos para assegurar que será uma das principais potências do Ártico. Tal como outros países que olham agora mais para norte, a China pretende explorar as oportunidades emergentes de navegação e os recursos energéticos e minerais amplamente não explorados na região (STRUZIK, 2013).

A China em sua aproximação com o Ártico exerce estratégias bilaterais e multilaterais. Em termos bilaterais, tem dado muita atenção principalmente a dois países: a Islândia e a Rússia. A Islândia um duro golpe econômico com a crise de 2008 e a China enxergou nessa situação uma oportunidade de aproximação.

Diante do colapso bancário que a Islândia vinha sofrendo com a crise de 2008 e a difícil relação com a União Europeia, a China ofereceu “US\$ 500 milhões, por meio de uma operação de troca de moedas (currency swap), para ajudar na reestruturação do combalido sistema bancário do país” (SILVA, 2014:104), além é claro de inúmeros acordos comerciais, incluindo um de livre comércio entre os dois países.

Apart from Iceland's merits as an effective facilitator, rapprochement between Beijing and Reykjavik is determined by the complicated relationship between Iceland and the EU. The negotiations for Iceland's accession to the EU were not exactly crowned with success as the parties could not agree on a fish catch quota. Despite some compromises from Reykjavik, Brussels took a hard line. The fishing industry accounts for more than 10 percent of Iceland's GDP, and a decrease in catches would be devastating. As a result, Iceland halted the talks (and temporarily withdraw its application). It then began to search for an alternative source of investment to kick-start an economy that had been hard hit by the 2008-2009 (GUSCHIN, 2015).

Importante mencionar que a Islândia tem o potencial de se tornar, com o derretimento na região do Ártico, o mais importante eixo logístico da região (SILVA, 2014:104), o que como já foi explanado nesta pesquisa é um aspecto que muito interessa à China, visto as questões de rotas comerciais. Para além da perspectiva puramente econômica, o fator político nesta aproximação torna-se interessante, pois ao se candidatar como membro observador do Conselho Ártico, a China obteve o apoio da Islândia, “Em retribuição, a primeira-ministra Johanna Sigurdardottir expressou o apoio islandês à adesão da China como observador permanente do Conselho Ártico” (SILVA, 2014:104).

A Islândia tem, ao longo dos anos, tornado-se um importante ator dentro do Conselho, principalmente após sediar Arctic Circle international Conference em 2013, reforçando naquela ocasião o seu apoio a China. Este evento se estabeleceu como um sucesso, tornando-se um centro de troca de opiniões sobre questões essenciais a respeito do desenvolvimento econômico, social e ecológico do Ártico, “Além disso, a Islândia aumentou sua autoridade na região ganhando o direito de realizar a conferência do Círculo Ártico até 2017.” (GUSCHIN, 2015).

Outro ponto a favor da Islândia é a sua participação na criação do Arctic Economic Council (AEC) em 2015, em conjunto com os outros membros do Conselho. A AEC é uma organização independente do Conselho Ártico, mas com os mesmo membros do Conselho, que facilita atividades empresariais e o desenvolvimento econômico na região do Ártico, o que:

poderia se tornar uma plataforma para o investimento chinês na região, mudando o status de Pequim de um ator externo para um investidor líder não-regional. Como a China não está representada na AEC como um membro equitativo, as relações de parceiros com Reykjavik podem servir para facilitar as ambições estrangeiras da RPC (GUSCHIN, 2015).

Quanto à Rússia, a China a vê como um parceiro essencial, principalmente na consolidação de seu papel dentro do Conselho Ártico.

China acknowledges that the support of Russia is needed especially in relation to its broader ambitions to ensure a seat for itself at the table when future Arctic governance and institutional arrangements are debated and developed, for example in the Arctic Council (SØRENSEN e KLIMENKO, 2017:11).

A Rússia tem sofrido economicamente desde a queda dos preços do petróleo, principalmente em 2015, com as sanções dos Estados Unidos e da União Europeia acerca da questão ucraniana, além é claro de problemas estruturais na economia que a fez se voltar para novos parceiros, e nessa abertura a China encontrou a sua forma de manter uma relação mais próxima, com esse que é, geograficamente, o maior país do Ártico.

Uma dessas aberturas que a China aproveitou foi na questão energética, mesmo com compromissos de aumentar o consumo de energia limpa e já tendo

abastecimento de gás vindo da Ásia central, a China em maio de 2014 assinou um contrato de 30 anos para o recebimento de gás natural por meio da rota da Sibéria.

O Banco de Desenvolvimento da China e o Fundo de Investimento Direto da Rússia formaram um fundo que realiza investimentos nas mais diversas áreas, como por exemplo, infraestrutura, energia e indústria entre outros, os mesmos declaram “investimento conjunto no valor de 68 bilhões de yuans (US \$ 10 bilhões)” (KOTTASOVÁ, 2017).

O que fica expresso diante de toda essa atenção que a China reserva à Rússia é que “O alto nível de relações políticas entre Moscou e Pequim, o interesse estratégico da China na Rússia são, em todas as evidências, diretamente refletidos na escala do investimento chinês e trazem benefícios reais para a economia russa” (KASHIN, 2017), ou seja, a China procura por meio de investimentos dentro da Rússia obter vantagens estratégicas de cunho político nas mais diferentes áreas e setores, e entre eles, o Conselho Ártico, principalmente porque “A governança do Ártico é uma área de potencial fricção entre a China e a Rússia” (SØRENSEN e KLIMENKO, 2017:37). Por isso um bom relacionamento por vias de investimento, pode ser reconhecido como um movimento estratégico da China.

No que tange à estratégia multilateral chinesa, a China optou por uma diplomacia científica. Desde os anos 1990, a China passou a desenvolver um intenso programa de estudos voltados para a região Polar, com a consequente criação do *Polar Research Institute of China* onde tem parcerias científicas com a Dinamarca e com a Rússia que “Entre as missões da estação científica está a de monitorar as mudanças climáticas no Ártico e seus efeitos sobre o ambiente terrestre e marítimo chinês” (SILVA, 2014:106) e também montou um centro em parceria com a Rússia o *Polar Engineering and Research Centre*, que

... criará uma equipe de pesquisa conjunta que realizará projetos destinado a promover o desenvolvimento industrial do Ártico, incluindo o desenvolvimento de plataformas resistentes ao gelo e concreto resistente a geadas para uso em regiões polares, bem como estudar os efeitos das cargas de gelo nos navios e a confiabilidade de várias estruturas de engenharia no gelo (SØRENSEN; KLIMENKO, 2017:6).

Ainda nessa dinâmica, a China participa como membro da *International Arctic Science Committee* desde o ano de 1996, onde promove pesquisas multidisciplinares sobre o Ártico e seus impactos globais, além de envolver-se em vários fóruns internacionais sobre o Ártico em questões diversas, mas sobretudo nas que envolvem o setor ambiental.

Essa estratégia de cooperação científica multilateral levou em 2013 a parceria entre *China-Nordic Arctic Research Center* (CNARC) e a *Polar Research Institute of China* (PRIC) e outras seis instituições nórdicas a estabelecerem uma plataforma de cooperação acadêmica com o intuito de “aumentar a conscientização, entendimento e conhecimento sobre o Ártico e seus impactos globais, promovendo a cooperação para o desenvolvimento sustentável do Ártico nórdico e um desenvolvimento harmonioso da China no contexto global” (SILVA, 2014:106).

Nesse tipo de movimento, torna-se importante perceber que participar ativamente da Ciência fortalece e legitima a presença e a influência global da China,

... a cooperação científica facilita a sua diplomacia no Ártico e, conseqüentemente, contribui para fortalecer a imagem da China na região e as relações chinesas com os Estados árticos, aumentando gradualmente a confiança e integrando a China nas estruturas de governança do Ártico (SØRENSEN; KLIMENKO, 2017:7).

Todavia, o principal movimento estratégico da China em sua aproximação ao Ártico, sem dúvida foi tornar-se membro observador do Conselho Ártico, sendo admitido com uma unanimidade de votos em 2013. Essa unanimidade foi buscada tanto por vias bilaterais como multilaterais, visto que qualquer um dos membros podia vetar a sua entrada.

A busca da China por um assento como membro observador permanente no Conselho Ártico era fundamentada nos impactos da mudança climática sobre o meio ambiente, tanto no âmbito regional como global e, portanto, justificava sua participação na governança da região (SILVA, 2014:107).

Mesmo a China não tendo o poder de voto dentro do Conselho, ela pode exercer o direito de voz durante as reuniões, além de poder financiar projetos dentro do Conselho. Essa não foi uma conquista pequena para a diplomacia chinesa. Desde 2007, quando foi admitida como membro *ad hoc* do Conselho, a China tem tentado tornar-se membro permanente na qualidade de membro observador. A China se

sobressaiu na disputa mesmo com concorrentes como a União Europeia que almejou um assento no Conselho Ártico no mesmo ano e teve sua candidatura rejeitada.

4 A China tem uma política para o Ártico?

A China tem ganhado visibilidade mundial por diversos fatores e é inegável a força que a sua presença tem no Ártico. Em contraste a países como Estados Unidos, a China não expôs sua política para o Ártico, o que traz muita especulação quanto aos seus planos para a região. O que a China tem feito são discursos que servem para acalmar o mundo e principalmente os países do Ártico quanto as suas intenções,

At the third Arctic Circle Assembly in Reykjavik, Iceland in 2015, Zhang Ming, China's vice minister of foreign affairs, delivered a keynote speech titled "China in the Arctic: Practices and Policies." The following year, Gao Feng, China's chief negotiator for climate change, gave another speech about China's view on Arctic cooperation at the fourth Arctic Circle Assembly. Furthermore, Xu Hong, head of the Department of Legal Affairs in China's Ministry of Foreign Affairs, talked about China's view on Arctic economic development at the sixth International Meeting of Representatives of Arctic Council Member States, Observer States, and Foreign Scientific Community, hosted by the Russian Federation between August 29 and September 2 of this year. Though not published in a single document, these speeches evidence an emerging Chinese Arctic Policy (LIU, 2016).

Para Liu (2016), a política externa chinesa quanto ao Ártico se manifesta em três pilares: o respeito, a colaboração e as políticas "ganha-ganha".

O primeiro pilar baseia-se no respeito que a China manifesta quanto aos países pertencentes a região do Ártico, os povos indígenas da região e os preceitos do direito internacional ao reconhecer a soberania dos Estados do Ártico.

Segundo pilar, a China integra como mencionado antes neste trabalho, diversos grupos de pesquisas que variam em temas diversos como, meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, intercâmbio cultural entre outros, em que a China preza pela colaboração e parceria partilhando os frutos de suas pesquisas, entre os membros do Conselho e da comunidade científica.

Terceiro pilar, a China detém os recursos, a tecnologia e os meios, e os utiliza para seus próprios interesses, a diferença é que esses interesses são mútuos e compartilhados por todos os membros possibilitando a harmonia dentro do Conselho, como por exemplo,

China is also a potential user of the Northern Sea Route, a set of marine routes from Russia's Kara Gate (south of Novaya Zemlya) in the west to the Bering Strait in the east. In 2014, China hosted the fifth World Reindeer Herders Congress in Beijing. This is a good example of how China is working to bridge the gap between traditional industries in the Arctic and the vast Chinese market. To build on this however, political trust and mutual respect need to be enhanced to achieve win-win business cooperation between China and the Arctic States (LIU, 2016).

Diante desses três pilares, observa-se que a visão de Liu (2016) para com as intenções da China no que tange ao Ártico são positivas, mesmo que a política não seja declarada oficialmente.

Para Feng (2015), a China se tornou membro do Conselho em boa parte para influenciar as tomadas de decisão para que fossem realizadas a favor da China, já que em seu ingresso ao Conselho ela teve que aceitar imposições que, segundo o autor, não levava em consideração os interesses da China.

Ainda no pensamento de Feng (2015), o interesse da China em fazer parte dos vários Institutos que integra é justamente para estudar aquilo que lhe convém, como transporte marítimo, recursos minerais e energéticos, políticas polares e questões legislativas. O fortalecimento de laços com países menores do Conselho como Islândia e Groelândia através de investimentos, para Feng (2015), é uma estratégia que tem o intuito político de obter mais apoio dentro do Conselho.

Feng (2015) afirma que a China tem o desejo de fazer dessa região uma “*polar region power*” e que acadêmicos chineses pressionam o governo para que desenvolva uma estratégia mais agressiva para a região,

...many Chinese academics have called upon their government to urgently devise Arctic strategies that will allow China to benefit from the region's potential resource and strategic value. Prominent Arctic scholar Guo Peiqing has argued that China cannot be a “bystander”; Speaking to the Chinese newspaper Quanzhou Evening News last December, after Russia announced it would build a northern radar network, Mr. Guo said the resources and potential strategic value of the Arctic route as an alternative to the “Malacca dilemma,” means that China should be proactive in fighting for and protecting its interests in the Arctic (FENG, 2015).

Feng (2015) argumenta que espera um maior engajamento chinês na região do Ártico, por meio de mais investimentos, seguindo a sua política externa proativa que tem desenvolvido.

Enfim, muito embora a China negue uma política voltada para o Ártico, torna-se palpável diante de toda esta pesquisa, ao analisar os movimentos da China na sua aproximação e a sua conseqüente entrada no Conselho Ártico, que ela tem sim uma política voltada ao Ártico, mesmo que não declarada oficialmente (SILVA, 2014).

Conclusão

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre as principais evidências e expectativas que permeiam a região do Ártico e diante dessas novas possibilidades e descobertas, foi possível traçar um diagnóstico da aproximação e do ingresso da China no Conselho Ártico e suas intenções para com a região.

Este artigo se propôs e conseguiu com êxito esclarecer as principais indagações desta pesquisa. Nela foi possível compreender que as principais motivações da China para com a região do Ártico perpassam pelas expectativas minerais, energéticas e na abertura de novas rotas marítimas. A China compreende que as suas perspectivas de crescimento tanto a nível econômico como populacional exige uma captação maior de recursos para a viabilidade da continuidade de seu crescimento.

Diante do desafio de continuar a “crescer” a China enxergou no seu ingresso no Conselho Ártico a possibilidade de fazer parte dessa região. Desde 2007, a China almejava ser reconhecida como membro observador do Conselho, conseguindo seu ingresso em 2013, feito este considerado uma vitória para a diplomacia chinesa.

Essa entrada no Conselho não se deu sem uma estratégia. A China se utilizou de estratégias tanto bilaterais como multilaterais. No campo bilateral, ela se deu principalmente por meio de investimentos em países-chave dentro do Conselho, como a Islândia e a Rússia, aproveitando-se da crise econômica que esses países ainda enfrentam; no multilateral, a China optou por uma diplomacia científica. Desde antes de seu ingresso no Conselho, ela já fazia parte de grupos de estudos voltados para a região Polar, com a conseqüente criação do *Polar Research Institute of China* que a aproximou ainda mais dos países do Ártico por meio de cooperações científicas, mas sem dúvida, a grande virada na sua estratégia foi a entrada no Conselho Ártico.

A entrada no Conselho Ártico possibilita à China ter voz dentro das reuniões, além de poder financiar projetos dentro do Conselho. A China está saindo de um patamar majoritariamente receptora de investimentos para investidora, papel esse que exerce financiando os projetos e os países que mais lhe interessam de acordo com a sua estratégia “One Belt, One Road”.

Todos esses movimentos da China em sua aproximação ao Conselho Ártico, leva ao último questionamento desta pesquisa, a China tem uma política voltada ao Ártico? A resposta é sim, mesmo que a China não declare oficialmente a sua política para a região, como outros países o fazem, a China desenvolve ações, que foram analisadas ao longo desta pesquisa, que facilitam o entendimento de que apesar de não declarar, a China tem sim, uma política muito bem direcionada, participativa e estratégica voltada para o Ártico.

Enfim, espera-se que diante desta explanação que novas pesquisas sejam feitas sobre o assunto, entendendo a importância que a China exerce no meio internacional e a relevância que o Ártico representa ao carregar expectativas que fazem do Conselho Ártico uma Instituição estratégica para interesses chineses.

The China in the Arctic Council

Abstract

This article aims to verify the main motivations of China in the approach to the Arctic Council. The purpose of this research was to carry out a brief history of the Arctic Council, to check China's decision to approach the Arctic Council, and to determine whether or not China has an Arctic-oriented policy. In order to reach this objective, a bibliographical research was carried out in order to present a current landmark on the subject. It was possible to conclude that China has used bilateral and multilateral approach strategies and the motivations in entering the Arctic Council are related to the mineral, energy and maritime prospects that the region can offer and that even if it does not admit an official Arctic policy, all the movements in relation to this region indicate that it does have a directed, participatory and strategic policy towards the Arctic. The article is divided into four parts: the first part concern about the formation and operation of the Arctic Council; the second deals specifically with the Chinese motivations upon entering the Arctic Council; the third, brings a geopolitical diagnosis and the Chinese approach strategies; and finally the fourth part, questions China's Arctic movements and whether there is indeed an Arctic-oriented policy.

Keywords: China. Arctic Council. Arctic.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Nuno. **EUA vs. China: qual é a maior economia do mundo?**. Jornal de Negócios. 2017. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/americas/detalhe/eua-vs-china-qual-e-a-maior-economia-do-mundo>. Acesso: 28.10.2017.
- A.T. Kearney. **The Future of the Arctic: The Council Perspective**. Volume 2. Global Business Policy Council. 2015.
- BELISÁRIO, Roberto. **Ártico, a nova fronteira sob a catástrofe**. Revista Mundo. Edição 42, 2013.
- Bolaños, Alejandro. **China supera EUA como maior importador mundial de petróleo**. El País. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/11/economia/1431346903_947768.html. Acesso: 03 Outubro de 2017.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Volume 1 . Editora: Universidade de Brasília. 1998.
- CHADE, Jamil. **China vira a 5ª maior investidora do mundo**. Estadão. 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-vira-a-5-maior-investidora-do-mundo-imp-,658004>. Acesso: 28.10.2017.
- Comunicado de imprensa. **The Embassy of the Russian Federation to the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland. Ambassador Anton Vasiliev on Arctic** (2011). Disponível em: <http://www.rusemb.org.uk/press/268>. Acesso: 14.09.2016.
- FENG, Bree. **China Looks North: Carving Out a Role in the Arctic**. Asia Pacific Foundation of Canada. 2015. Disponível em: <https://www.asiapacific.ca/canada-asia-agenda/china-looks-north-carving-out-role-arctic>. Acesso em: 12.11.2017.
- FAVARO, THOMAZ. **Um atalho no gelo**. Planeta sustentável. 2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/pops/um-atalho-no-gelo-pop1.shtml>. Acesso: 17.09.2016.
- FERREIRA, Flávia Alves; NASCIMENTO, Marisa. **Terras Raras: Aplicações atuais e reciclagem**. Série tecnologia mineral. 2013.
- GUALTIERE, Thomas. **China alcanza la última frontera**. El País. 2015. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/04/02/actualidad/1427972214_871714.html. Acesso: 28.10.2017.
- GUSCHIN, Arthur. **China, Iceland and the Arctic**. The Diplomat. 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/05/china-iceland-and-the-arctic/>. Acesso: 12.11.2017.

KASHIN, Vasily. **Is china investing much in russia?**. 2017. Vidai Club. Disponível em: <http://valdaiclub.com/a/highlights/chinese-investments-in-russia/>. Acesso em: 12.11.2017.

KUO, Mercy A. e TANG, Angelica O. **China's Arctic Strategy: The Geopolitics of Energy Security**. The Diplomat. 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/12/chinas-arctic-strategy-the-geopolitics-of-energy-security/>. Acesso: 18.10.2017.

KOTTASOVÁ, Ivana. **Russia gets investment from China while sanctions keep U.S. off limits**.2017. CNN. Disponível em: <http://money.cnn.com/2017/07/06/news/economy/russia-china-investment-deal-sanctions/index.html>. Acesso: 12.11.2017.

LIU, Nengye. **China's Emerging Arctic Policy**. 2016. The Diplomat. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/12/chinas-emerging-arctic-policy/>. Acesso em: 12.11.2017.

PRASAD. Eswar. **How China Aims to Limit the West's Global Influence**. New York Times. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/01/opinion/china-west-democracy.html>. Acesso: 28.10.2017.

Parlement du Canada. **Le Canada à la présidence du Conseil de l'Arctique**. 2013. Disponível em: <http://www.bdp.parl.gc.ca/content/lop/ResearchPublications/2013-20-f.htm>. Acesso: 10.09.2016.

STRUZIK, Ed. **Nova presença da China no Ártico sugere futuros desenvolvimentos**. Yale Environment 360. 2013. Disponível em: <http://e360yale.universia.net/nova-presenca-da-china-no-artico-sugere-futuros-desenvolvimentos/?lang=pt-br>. Acesso: 28.10.2017.

SCHERER , André Luis Forti. **A Nova Estratégia de Projeção Geoeconômica Chinesa e a Economia Brasileira**. Revista paranaense de desenvolvimento, Curitiba, v.36. 2015.

SØRENSEN, Camilla T. N. e KLIMENKO, Ekaterina. **Emerging chinese– russian cooperation in the arctic: Possibilities and constraints**. SIPRI Policy Paper. Edição:46. June 2017.

SILVA, Alexandre Pereira da. **A china também olha para o ártico**. Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais. v.3, n.6. 2014.

United States Geological Survey. **Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle**. USGS Fact Sheet .2008. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/fs/2008/3049/fs2008-3049.pdf>. Acesso: 17.08.2016.

VIDAL, John. The Guardian. **Russian Arctic city hopes to cash in as melting ice opens new sea route to China.** 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/feb/01/arctic-city-new-route-china> . Acesso: 12.09.2016.

YOKOTA, Paulo. **A estratégia chinesa para aumentar sua importância mundial.** Carta Capital. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/a-estrategia-chinesa-para-aumentar-sua-importancia-mundial-5769.html>. Acesso: 28.10.2017.